

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ÍNDICE

- 1. Demonstrações Contábeis
 - a) Balanço Patrimonial Ativo
 - b) Balanço Patrimonial Passivo
 - c) Demonstração de Resultado
 - d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Social
 - e) Demonstração dos Fluxos de Caixa DFC
- 2. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
- 3. Parecer do Conselho Fiscal
- 4. Parecer dos Auditores Independentes



CNPJ: 46.056.487/0001-25 BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

ATIVO

	Nota	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		7.488.931,96	4.428.773,41
DISPONIVEL		8.381,88	380.252,20
Caixa e Equivalente de Caixa		4.612,83	4.222,55
Bancos Contas Movimento		3.769,05	376.029,65
REALIZÁVEL		7.480.550,08	4.048.521,21
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		268.452,15	263.615,82
Aplicações financeiras de Liquidação Imediata		268.452,15	263.615,82
CRÉDITOS A RECEBER		6.345.626,88	2.966.208,35
Convênios	04	2.776.928,40	1.993.688,71
Particulares		3.507,12	-
Outros Créditos a Receber		30.783,33	55.947,28
Contas a Receber SUS	05	3.886.174,67	1.494.859,92
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa		(351.766,64)	(578.287,56)
BENS E TÍTULOS A RECEBER		863.305,57	816.117,53
Estoques	06	624.213,80	658.690,60
Títulos a Receber		39.072,00	9.310,14
Adiantamentos a Funcionários	07	140.816,22	145.166,80
Adiantamentos a Fornecedores		10.629,51	2.533,28
Outros Créditos ou Bens a Receber	08	48.574,04	416,71
DESPESAS ANTECIPADAS	09	3.165,48	2.579,51
ATIVO NÃO CIRCULANTE		14.782.056,30	17.632.982,52
REALIZÁVEL À LONGO PRAZO		457.286,79	2.499.966,79
Outras Aplicações	10	125.407,34	26.632,78
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	331.879,45	664.319,92
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	12	-	1.809.014,09
INVESTIMENTOS		1.220.432,26	1.169.726,53
Outros Investimentos	13	1.220.432,26	1.169.726,53
IMOBILIZADO		13.077.725,63	13.905.377,59
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO		10.338.698,67	10.731.808,06
Imóveis Hospitalares		15.673.813,61	15.562.041,36
(-)Depreciação de Imóveis Hospitalares		(5.335.114,94)	(4.830.233,30)
IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO		2.308.060,79	2.741.217,28
Instalações		387.978,86	364.495,96
Máquinas e Equipamentos		5.969.345,54	5.947.545,54
Equipamentos de Informática		723.836,82	707.626,30
Móveis e Utensílios		1.844.965,33	1.828.267,43
Rouparia		64.763,24	32.246,38
(-)Depreciação de Imobilizado em Uso		(6.682.829,00)	(6.138.964,33)
IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO - NÃO HOSPITALARES		430.966,17	432.352,25
Instalações		139.773,46	139.773,46
Máquinas e Equipamentos		98.998,69	98.998,69
Veículos		123.530,36	123.530,36
Outras Imobilizações		276.279,78	276.279,78
Obras em Andamento		16.900,00	-
(-)Depreciação de Imobilizado Não Hospitalares		(224.516,12)	(206.230,04)
INTANGÍVEL	14	26.611,62	57.911,61
Custo de Aquisição		238.841,31	238.841,31
(-)Amortização		(212.229,69)	(180.929,70)

THIAGO BARROSO FERRARI CONTADOR CRC 1SP289316/O-6 WAGNER DOMINGO CERONI TESOUREUXO CLÁUDIO TROMBETTA

22.270.988,26

22.061.755,93

TOTAL DO ATIVO



CNPJ: 46.056.487/0001-25 BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

PASSIVO

	Nota	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		20.189.813,58	17.900.971,50
FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS GERAIS		3.071.805,40	2.509.251,93
Fornecedores de Bens		2.198.338,81	1.688.079,87
Fornecedores de Serviços Gerais		458.890,74	133.918,96
Fornecedores Serviços Médicos - Pesoa Física		20.100,55	142.996,39
Fornecedores Serviços Médicos - Pesoa Jurídica		394.475,30	544.256,71
OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS		4.819.027,14	4.842.335,07
Salários a Pagar		887.375,31	848.304,51
Férias		1.903.836,45	2.803.427,97
Rescisões de Contratos de Trabalhos		14,50	221.065,55
FGTS a Recolher		1.731.894,64	728.527,03
Repasses a Terceiros		295.906,24	241.010,01
OBRIGACOES COM TERCEIROS		3.477.161,53	2.837.567,90
Honorários Médicos		463.958,50	421.865,09
Plantões Médicos		3.013.203,03	2.415.702,81
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		3.007.283,21	1.746.100,53
Imposto de Renda Retido na Fonte		251.580,07	115.805,94
Contribuições Sociais Retidos na Fonte - CSRF		156.119,06	44.580,40
Contribuições Previdenciais Retidas		494.019,91	120.886,09
Imposto Sobre Serviços - ISS		4.539,50	4.219,08
Outros Impostos e Contribuições		3.561,24	5.870,37
Obrigações Tributárias - Parcelamento	15	2.097.463,43	1.454.738,65
OBRIGAÇÕES COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		2.613.806,27	2.435.237,79
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	16	3.518.207,82	3.008.314,56
(-) Ajuste a Valor Presente		(1.307.445,22)	(783.024,68)
Outras Obrigações Financeiras	17	403.043,67	209.947,91
OUTRAS OBRIGAÇÕES		3.200.730,03	3.530.478,28
Subvenções a Realizar	18	855.528,48	1.010.845,09
Adiantamento de Clientes	19	1.482.018,94	1.623.168,61
Processos Judiciais		14.419,29	178.580,57
Outras Obrigações a Pagar		848.763,32	717.884,01
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		26.496.395,48	26.913.358,56
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS		514.986,83	1.317.856,04
Provisões Para Ações Tributárias		219.900,46	218.850,00
Provisões Para Ações Cíveis		295.086,37	682.155,30
Provisões Para Ações Trabalhistas		-	416.850,74
OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS		1.658.337,72	1.883.096,58
Parcelamento do FGTS		1.658.337,72	1.883.096,58
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		18.572.844,18	19.464.914,07
Contribuições Previdenciárias - Parcelamento	20	8.591.101,08	8.981.486,04
Demais Tributos - Parcelamento	21	9.981.743,10	10.483.428,03
OBRIGAÇÕES COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		4.991.144,42	4.195.030,81
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	17	7.923.153,11	6.579.554,63
(-) Ajuste a Valor Presente		(2.932.008,69)	(2.384.523,82)
OUTRAS OBRIGAÇÕES		759.082,33	52.461,06
Outras Obrigações a Pagar		759.082,33	52.461,06
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL		(24.415.220,80)	(22.752.574,13)
Patrimônio Social	22	2.220.300,99	2.219.400,99
Ajustes de Avaliação Patrimonial		3.641.881,24	3.641.881,24
Superávits / Déficits Acumulados	23	(30.277.403,03)	(28.613.856,36)
		1	
TOTAL DO PASSIVO		22.270.988,26	22.061.755,93

THIAGO BARROSO FERRARI CONTADOR CRC 1SP289316/0-6

WAGNER DOMINGO CERONI TESOUREUXO

CLÁUDIO TROMBETTA



CNPJ: 46.056.487/0001-25

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Nota	2018	2017
Receita Convênio Interno		21.411.137,64	17.812.823,60
Receita Convênio Externo		4.679.510,44	4.881.453,78
Receita Convênio SUS		19.917.901,69	21.526.025,02
Receita Incentivos SUS		2.232.718,79	2.077.593,75
Receita Particulares		859.097,39	747.168,33
Receitas Contraprestações Pecuniárias - Plano de Saúde		-	1.865.361,41
Outras Receitas	24	2.687.585,76	2.547.290,32
Receita de Subvenções	25	179.171,03	1.113.673,56
(-) Deduções e Outras Recuperações		(1.559.275,50)	(4.758.447,09)
RECEITA LÍQUIDA		50.407.847,24	47.812.942,68
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(46.137.392,01)	(47.723.760,54)
Despesas com Pessoal		(20.922.525,20)	(21.675.806,97)
Despesas com Serviços de Terceiros		(16.112.983,66)	(14.731.580,31)
Despesas com Materiais de Consumo		(7.357.259,71)	(7.358.680,36)
Despesas com Eventos Plano de Saúde		-	(310.078,42)
Despesas com Comercialização de Plano Saúde		=	(13.418,74)
Despesas com Manutenção		(636.564,96)	(1.889.208,89)
Despesas com Depreciações		(1.098.332,38)	(1.102.645,60)
Perdas Sobre Créditos Assistenciais		(9.726,10)	(642.341,25)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(1.764.155,28)	(1.408.147,00)
Despesas com Impostos e Taxas		-	(92.782,13)
Contingências Trabalhistas e Cíveis		(168.111,08)	(520.537,40)
Despesas Gerais		(1.596.044,20)	(794.827,47)
RESULTADO FINANCEIRO		(3.175.009,69)	(3.732.324,19)
Receita Financeira		52.076,20	370.203,00
Despesas Financeira		(3.227.085,89)	(4.102.527,19)
ISENÇÃO DE TRIBUTOS		-	-
Outras Receitas - Isenção Tributos	26	6.314.723,46	6.119.412,69
Outras Despesas - Isenção Tributos	26	(6.314.723,46)	(6.119.412,69)
RESULTADO PATRIMONIAL		72.436,75	331.331,96
Receitas Patrimoniais		72.436,75	331.331,96
Despesas Patrimoniais		-	-
SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	:	(596.272,99)	(4.719.957,09)

THIAGO BARROSO FERRARI CONTADOR CRC 15P289316/0-6

WAGNER DOMINGO CERONI TESOUREUXO CLÁUDIO TROMBET



CNPJ: 46.056.487/0001-25

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

	Patrimônio Social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Déficits Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.201.261,01	3.641.881,24	(22.568.455,65)	(16.725.313,40)
Ajustes de exercicios anteriores Retificação de erros de exercícios anteriores Aumento de Patrimônio Social com lucros e reservas Prejuizo Líquido do Exercício	18.139,98		(1.325.443,62) (4.719.957,09)	(1.325.443,62) 18.139,98 (4.719.957,09)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.219.400,99	3.641.881,24	(28.613.856,36)	(22.752.574,13)
Ajustes de exercicios anteriores Retificação de erros de exercícios anteriores Aumento de Patrimônio Social com lucros e reservas Prejuizo Líquido do Exercício	900,00		(1.067.273,68) (596.272,99)	(1.067.273,68) 900,00 (596.272,99)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.220.300,99	3.641.881,24	(30.277.403,03)	(24.415.220,80)

THIAGO BARROSO FERRARI CONTADOR CRC 15P289316/0-6

WAGNER DOWNINGO CERONI TESOUREIRO CLÁUDIO TROMBETTA



CNPJ: 46.056.487/0001-25

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017
Lucro Liquido	(596.272,99)	(4.719.957,09)
Despesas que não efetam o caixa		
Despesas de Depreciação/Amortização	1.098.332,38	1.152.078,35
Juros Provisionados	(1.071.905,41)	1.662.389,78
Ajustes Devedores de Exercícios anteriores	(1.067.273,68)	(1.325.443,62)
Provisão para Perdas sobre Créditos	9.726,10	642.341,25
Provisões para Ações Judiciais	(802.869,21)	(192.711,43)
Doações para Investimentos	900,00	18.139,98
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	_	98.014,87
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA	_	(2.154.800,08)
SubTotal	(2.429.362,81)	(4.819.947,99)
Aumento/Diminuição em Ativos Operacionais		
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	-	670.095,08
Créditos de Oper.à Saúde Não Relac.c/ Planos de Saúde da Operadora	(3.389.144,63)	(1.399.336,18)
Bens e Titulos a receber	(47.188,04)	629.110,82
Despesas Antecipadas	(585,97)	25,75
Aplicações Financeiras	(4.836,33)	2.635.815,35
Depositos Judiciais e Fiscais	332.440,47	(609.093,11)
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	1.809.014,09	(55.710,86)
Outros Investimentos a Longo Prazo	(149.480,29)	_
Aumento/Diminuição em Passivos Operacionais		
Provisão Técnicas de Operações de Assist. à Saúde	-	(992.794,88)
Fornecedores Bens e Serviços	835.230,72	188.567,09
Fornecedores de Serviços Médicos	(272.677,25)	485.814,13
Obrigações com Empregados	(23.307,93)	1.400.762,21
Obrigações com Terceiros	639.593,63	799.449,85
Obrigações Tributárias	1.261.182,68	3.800.845,53
Outras Obrigações a Pagar	(329.748,25)	(164.540,00)
Outros Débitos a Pagar a Longo Prazo	(410.207,48)	52.461,06
1)Caixa Líquido Atividades Operacionais	(2.179.077,39)	2.621.523,85
,		
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(239.380,43)	(278.152,36)
Intangíveis	-	-
Doações Patrimoniais	-	
2)Caixa Líquido nas Atividades de Investimentos	(239.380,43)	(278.152,36)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	2.046.587,50	(3.139.853,39)
3) Caixa Líquido nas atividades de financiamento	2.046.587,50	(3.139.853,39)
4) Aumento liquido nas disponibilidades (1+2+3)	(371.870,32)	(796.481,90)
5) Saldo de caixa e equivalentes de caixa	380.252,20	1.176.734,10
6) Saldo de caixa e equivalentes de caixa 6) Saldo de caixa e equivalentes de caixa (4+5)	8.381,88	380.252,20
o, Janus de Caixa e equivalentes de Caixa (410)	0.301,00	300.232,20

THIAGO BARROSO FERRARI CONTADOR CRC 1SP289316/0-6

week

WAGNER DOWNINGO CERONI TESOUREIRO CLÁUDIO TROMBETTA



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

NOTA 01 – ATIVIDADES OPERACIONAIS

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos, fundada em10 de dezembro de 1960, é uma associação de fins não econômicos e sem prazo determinado de duração, sendo que o exercício social e financeiro coincidirá como ano civil. A sede da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos situa-se no Município de Valinhos, na Avenida Onze de Agosto, nº 2.745, sendo seu foro jurídico a comarca de Valinhos, do Estado de São Paulo, e tem por finalidade:

- a) manter, administrar e desenvolver a Entidade, bem como estabelecimentos vinculados à área da saúde que venha a criar ou receber;
- b) dispensar assistência médico-hospitalar aos enfermos e acidentados, gratuitamente ou não;
- c) prestar assistência na área de saúde aos munícipes, mediante convênio com o Gestor SUS Sistema Único de Saúde e outros convênios.

Como instituição reconhecida de cunho filantrópico, a Entidade obriga-se a manter leitos e serviços hospitalares para o uso público, gratuito, sem distinção de raça, cor, credo, sexo ou religião, obedecendo ao princípio da universalidade do atendimento dentro das proporções estabelecidas pela legislação e normas regulamentares em vigor.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios e práticas contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e alterações, da Resolução do CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1) — Entidade sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares exigidas pelo Decreto Lei nº 8.242, de 23/05/2014. No exercício 2018 o plano de contas contábil e as demonstrações contábeis sofreram reclassificação em virtude de a entidade deixar de operar planos de assistência à saúde e não necessitar atender as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS.

NOTA 03 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para a apresentação das demonstrações contábeis, foram adotadas as principais práticas:

- a) As operações estão registradas pelo regime de competência;
- b) Os valores realizáveis e exigíveis em prazos inferiores a 360 dias são apresentados como circulante;
- c) Os estoques estão valorados pelo custo médio de aquisição e apurados através de inventario físico. (Nota explicativa nº 06);
- d) Os investimentos estão registrados pelo valor do efetivo desembolso;
- e) O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada. A depreciação é computada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuro resultante do uso continuo do ativo. Em 2010 foi iniciado o processo de levantamento físico dos bens constantes do imobilizado, exceto imóveis, com a composição física de sua documentação e inserção no sistema informatizado, como parte do processo de atualização dos controles interno. Não foi aplicada sobre os seus itens a sistemática de mensuração dos valores na forma preconizada pela NBC TG 27 (R4) Ativo Imobilizado, do CFC, para a adoção do

8

7



valor justo, como forma de ajuste do saldo inicial, na adoção das normas contábeis internacionais, face à implantação dos controles físicos estarem em andamento, e ainda não concluído.

- f) O intangível se refere a direito de uso de software do sistema hospitalar e sistema operacional Windows registrado pelo valor do efetivo desembolso e deduzidas as amortizações calculadas a taxa compatível a estimativa de sua utilização econômica (Nota Explicativa nº 15)
- g) Conforme garantia constitucional, a entidade não possui finalidade econômica e está imune ao IRPJ e COFINS sobre a Receita. A entidade também está desobrigada das contribuições previdenciárias patronais por estar certificada com o CEBAS/Saúde (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social Saúde), conforme Portaria nº 1.858, de 04 de dezembro de 2017. A renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020.
- h) O Patrimônio Social é representado em valores que compreendem o Patrimônio Social inicial, acrescido de superávits, subvenções e doações para investimento e diminuído dos déficits e ajustes ocorridos. O Déficit do exercício de 2018será incorporado ao Patrimônio Social da Entidade.
- i) A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer da Administração da Entidade o uso de estimativas e pressuposições para o registro de certas transações que afetam o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultados, bem como, a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados efetivos dessas transações e informações podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro de provisão para perdas, depreciações e provisão para contingências.

NOTA 04 – CRÉDITOS A RECEBER CONVÊNIOS

	2018	2017	
	R\$	R\$	
Amil	38.027,70	61.154,23	
Associação Plano de Saúde	900.102,96	291.913,75	
Bradesco	123.820,05	181.955,80	
Green Life	178.971,29	95.137,97	
Saúde Beneficência	160.415,17	184.618,44	
Unimed	1.106.284,32	934.849,28	
Outros Convênios	269.306,91	244.059,24	
	2.776.928,40	1.993.688,71	

NOTA 05 – CRÉDITOS A RECEBER CONTAS A RECEBER SUS

	2018	2017
PRODUÇÃO	R\$	R\$
Produção SUS AIH	3.514.054,88	458.700,69
Processo SUS URV/94	-	9.257,07
Programa Urgências e Emergências	155.124,99	77.562,49
Complemento Prefeitura Municipal de Valinhos	<u>-</u>	623.847,47
	3.669.179,87	1.169.367,72

8

8



cobertura total.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VALINHOS CNPJ: 46.056.487/0001-25

	2018 R\$	2017 R\$
INCENTIVOS		·
IGH	178.554,68	-
Integrasus	38.440,12	325.492,20
	216.994,80	325.492,20
TOTAL DE CONTAS A RECEBER SUS	3.886.174,67	1.498.859,92
NOTA 06 – BENS E TÍTULOS A RECEBER		
ESTOQUES		
	2018 R\$	2017 R\$
Medicamentos	247.113,63	269.199,83
Materiais Hospitalares	210.506,05	237.686,54
Materiais de Limpeza	22.956,93	23.517,09
Materiais de Escritório	35.695,16	42.418,51
Dieta Enteral	17.019,87	14.329,85
Gêneros Alimentícios	31.399,07	15.806,64
Outros materiais	59.523,09	55.732,14
	624.213,80	658.690,60
NOTA 07 – ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS		
	2018 R\$	2017 R\$
Adiantamento de férias	138.750,34	143.098,86
Adiantamento de renas	2.065,88	2.067,94
Adiantamento de Salano	140.816,22	145.166,80
NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS OU BENS A RECEBER		
NOTA 08 - OUTROS CREDITOS OU BEINS A RECEBER	2018	2017
	R\$	R\$
Outros créditos a receber	6.799,04	416,71
Projeto Lions Clube Internacional	41.775,00	410,71
	48.574,04	416,71
NOTA 09 – DESPESAS ANTECIPADAS		
	2018	2017
Seguros a Apropriar	R\$	R\$
Seguro Automóveis - Apólice 3331177927610 Vigência 04/04/2018 a 04/04/2019 - Veículos Uno/Strada/S10/Sandero	1.200,65	1.143,61
Seguro Predial - Apólice 6576826772 Vigência 27/04/2018 a 27/04/2019	1.964,83	1.435,90
	3.165,48	2.579,51

Os bens da Entidade estão segurados dentro dos limites técnicos julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros, para risco de incêndio, queda de raio, danos elétricos e vendaval e automóvel com



NOTA 10 – OUTRAS APLICAÇÕES - REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

O valor demonstrado se refere à aplicação em título de capitalização realizado no Banco Santander.

NOTA 11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	2018 R\$	2017 R\$
Depósitos Judiciais Tributos 1	308.868,89	607.219,11
Depósitos Judiciais Processos	-	34.090,25
Penhora Judicial	23.010,56	23.010,56
	331.879,45	664.319,92

¹ Em 2017 a Entidade sofreu processo de execução fiscal em virtude dos débitos tributários em aberto e não parcelados. Como fator atenuante, até que a Entidade realizasse a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, foi proposto que se fizesse a retenção de 5% do faturamento referente a serviços prestados junto a Unimed Campinas. No exercício de 2018 foi realizada a liberação de parte dos depósitos.

NOTA 12 – OUTROS CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO

No exercício de 2018 a entidade realizou a baixa de Outros Créditos a receber no Ativo Não Circulante no montante de R\$ 1.912.081,50,referente ao Processo nº 1.220/97 em que o correu deveria restituir a Entidade. A baixa do referido crédito foi realizado com anuência da Mesa Administrativa e com base na norma do CFC, NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que trata sobre o tema.

NOTA 13 – OUTROS INVESTIMENTOS – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os valores demonstrados na conta de Outros Investimentos no Realizável à Longo Prazo têm em sua composição os seguintes investimentos:

a) ASSOCIAÇÃO PLANO DE SAÚDE SANTA CASA DE VALINHOS

O valor aplicado no montante de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinqüenta mil reais) refere-se a investimentos na Associação Plano de Saúde Santa Casa de Valinhos, CNPJ nº 20.961.779/0001-19, conforme autorização constante em Ata da Assembléia realizada no dia 26 de maio de 2014.

b) UNICRED CAMPINAS

Investimentos referentes à integralização de quotas da Unicred Campinas, no montante de R\$ 470.432,26

NOTA 14 – ATIVO INTANGÍVEL

O valor demonstrado na conta se refere à aquisição de licenças de softwares para uso hospitalar e do sistema operacional Windows.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS **OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PARCELAMENTO**

	2018	2017
Parcelamentos Previdenciários	R\$	R\$
Parcelamento Administrativo/Lei 11.345/06 INSS	154.182,00	132.156,00
Parcelamento Previdenciário - Lei 11.941/09	80.131,80	77.674,80
Parcelamento PERT Previdenciário RFB	183.781,68	60.775,57
Parcelamento PERT Previdenciário PGFN	252.009,24	191.847,12
Parcelamento Administrativo INSS 622220144	132.930,36	125.711,28
Parcelamento Administrativo INSS 622249754	27.737,64	26.103,60
	830.772.72	614.268.37



	2018	2017
Parcelamentos Demais Débitos (IRRF, PIS, CSRF e ISSQN)	R\$	R\$
Parcelamento IRRF/PIS/CSRF - Lei 11.941/09	104.201,16	101.006,16
Parcelamento PERT Demais Débitos RFB	422.594,52	333.100,80
Parcelamento PRT Demais Débitos PGFN	236.222,76	187.529,04
Parcelamento Ordinário Demais Débitos 402275	259.298,64	82.261,08
Parcelamento Ordinário Demais Débitos 403017	193.346,52	92.144,40
Parcelamento ISSQN - Curto Prazo	51.027,11	44.428,80
	1.266.690,71	840.470,28
TOTAL DE PARCELAMENTOS CURTO PRAZO	2.097.463,43	1.454.738,65

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR**

Os empréstimos bancários, com registros no Exigível à Curto e Longo Prazo constituem em valores tomados junto as Instituições Financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros, deduzido das respectivas amortizações até a data do balanço.

Sendo as garantias dos empréstimos tomados pela instituição:

- Banco Bradesco: recebíveis do convênio Saúde Bradesco.
- Caixa Econômica Federal: recebíveis do convênio SUS.
- Santander: cessão fiduciária de direitos creditórios conta vinculada
- UNICRED: duplicatas a receber relativo à carteira do Plano de Saúde próprio e recebíveis convênio Unimed Campinas.

CONTRATOS EMPRÉSTIMOS	Taxa Juros	Parcelas Restantes	2018 R\$	2017 R\$
Bradesco - 11224213	1,90% a.m.	24	345.735,30	515.074,68
CEF - 1242-3	1,65% a.m.	25	3.226.626,72	1.371.878,07
Santander 5618	1,52% a.m.	24	1.789.683,90	-
UNICRED - 2010001610 UNICRED - 2014100622	0,70% a.m. + 100% CDI 1,78% a.m.	38 11	1.277.363,68	1.518.915,08 208.989,96
UNICRED - 2015100282	1,00% a.m.+ 100% CDI 1,20% a.m. + 100%	31	1.182.170,67	1.854.372,55
UNICRED - 2016100500 (-) Juros s/ empréstimos - parcelas	CDI	72	3.619.780,66	4.118.638,85
futuras			(4.239.453,91)	(3.167.548,50)
Total		•	7.201.907,02	6.420.320,69

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS **OUTRAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**

	2018	2017
Cheques Emitidos a Compensar	R\$	R\$
Santander - conta 13000404-1	2.179,35	2.179,35
Santander - conta 13000429-2	842,83	6.914,07
Santander - conta 13000681-6	200.102,99	200.854,49
Santander - conta 13000654-8	1.000,00	-
	204.125,17	209.947,91





NOTA 1	8 – SUBVENC	ÕEC A I	DEALI7AD
NOIAI	9 – 20paeine	.UES A I	REALIZAR

	2018	2017
Subvenções a Realizar – Investimento	R\$	R\$
Estadual - TA - 07/2010 - Equip. Radiológicos	15.000,00	37.500,00
Estadual - TA - 03/2011 - Equip. Clínico/Cirúrgico	22.750,20	29.750,16
Estadual - TA - 05/2011 - Reforma Recep. Internação	217.000,00	229.000,00
Estadual - TA - 02/2012 - Equip. Clínico/Cirúrgico	36.225,53	46.225,49
Estadual - TA - 03/2012 - Equip. Clínico/Cirúrgico	36.201,21	46.201,17
Estadual - Conv 210/2014 - Equip. Clínico/Cirúrgico	505.161,66	596.247,90
Federal - Telemedicina – EDUCASUS	23.189,88	25.920,37
	855.528,48	1.010.845,09

NOTA 19 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	2018	2017	
	R\$	R\$	
Associação Plano de Saúde Santa Casa de Valinhos	444.079,32	1.023.168,61	
Prefeitura Municipal de Valinhos	237.939,62	-	
Unimed Campinas	800.000,00	600.000,00	
	1.482.018,94	1.623.168,61	

NOTA 20 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – LONGO PRAZO CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - PARCELAMENTO

	2018	2017
	R\$	R\$
Parcelamento Administrativo/Lei 11.345/06 INSS	1.292.569,38	1.424.725,38
Parcelamento INSS/IRRF/PIS/CSRF - Lei 11.941/09	403.151,83	454.668,11
Parcelamento PERT Previdenciário RFB	2.686.105,50	2.766.511,22
Parcelamento PERT Previdenciário PGFN	3.719.035,17	3.746.916,99
Parcelamento Administrativo INSS 622220144	403.669,73	485.141,55
Parcelamento Administrativo INSS 622249754	86.569,47	103.522,79
	8.591.101,08	8.981.486,04

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – LONGO PRAZO **DEMAIS DÉBITOS - PARCELAMENTO**

Parcelamentos IRRF, PIS, COFINS e ISSQN	2018 R\$	2017 R\$
Parcelamento IRRF/PIS/CSRF - Lei 11.941/09	524.250,06	591.240,26
Parcelamento PERT Demais Débitos RFB	6.291.950,92	6.212.302,28
Parcelamento PRT Demais Débitos PGFN	2.755.858,59	2.829.300,36
Parcelamento Ordinário Demais Débitos 402275	60.529,44	296.845,71
Parcelamento Ordinário Demais Débitos 403017	189.730,74	355.720,22
Parcelamento ISSQN - Curto Prazo	159.423,35	198.019,20
	9.981.743,10	10.483.428,03







NOTA 22 – PATRIMÔNIO SOCIAL

No exercício de 2018 houve aumento do Patrimonio Social em virtude do registro de doações patrimoniais no valor de R\$ 900,00.

NOTA 23 – SUPERÁVITS / DÉFICITS ACUMULADOS

Foram realizados lançamentos à débito na conta de Superávits/Déficits Apurados, referentes a: notas ficais de fornecedores não recebidas no exercício 2017 no montante de R\$ 18.116,31; despesas referente a multas administrativas de exercícios anteriores junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS no montante de R\$ 735.523,21; despesas com encargos financeiros após consolidação do Parcelamento Especial de Regularização Tributário - PERT no montante de R\$ 224.956,61; baixa da provisão de contingência ativa conforme NBC TG 25 (R1) no montante de R\$ 1.809.014,09; ajuste por reintegração de funcionário conforme decisão judicial no montante de R\$ 5.200,00.

Os lançamentos a crédito se referem à baixa de provisão de férias registrada a maior no montante de R\$ 993.331,45; baixa de provisão de contingência para ações cíveis registrada a maior no montante de R\$ 387.068,93; apropriação do programa de urgência e emergências referente 01 e 02/2017, no montante de R\$ 155.125,00; provisão de plantões médicos a pagar, apropriação a maior no montante de R\$ 160.272,94; verbas rescisórias incluídas no processo trabalhista no valor de R\$ 28.451,01; e apropriação a maior prestador de serviço no montante de R\$ 1.287,21. Entre os lançamentos a débito e a crédito houve um aumento do déficit em R\$ 1.067.273,68.

NOTA 24 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

NOTA 24 GOTTAS RECEITAS OF ERACIONAIS	2018	2017
OUTRAS RECEITAS	R\$	R\$
Aluguéis	448.802,53	343.646,86
Outras Receitas(Refeições, Taxas Admin., Reembolso de Despesas etc.)	618.880,21	652.218,08
Recuperação de Glosas	45.641,41	85.229,67
Recuperação de Créditos Nota Fiscal Paulista	100.053,30	-
Reversão de Provisões (ANS, Contingências e PDD)	725.727,58	814.781,29
_	1.939.105,03	1.895.875,90
	2018	2017
DONATIVOS¹	R\$	R\$
Donativos em produtos/bens	49.592,58	66.974,02
Donativos em Numerários Pessoa Física	158.205,15	90.974,49
Donativos em Numerários Pessoa Jurídica	373.720,32	284.552,15
Donativos de Campanha (Doe Seu Troco, Apaixonados por Saúde, 1+2, Patrocínio de Eventos etc.)	85.930,28	128.200,55
Doação Poder Judiciário Resolução 154	2.137,56	2.137,56
Donativos Lei 11.021/01 – Cartório	78.894,84	78.575,65
_	748.480,73	651.414,42
TOTAL OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2.687.585,76	2.547.290,32

¹Donativos: são transferências feitas em caráter definitivo de recursos financeiros ou do direito da propriedade de bens móveis e imóveis, com as finalidades de custeio, investimentos e imobilizações, sem contrapartida. Os donativos estão registrados na demonstração de resultado e foram aplicados exclusivamente no desenvolvimento das atividades operacionais da entidade.

13



					~
NOTA	25 _	RECEITA	DE	CLIDVE	NUCCEC
NUIA	Z 3 -	RECEILA	UΕ	SUDVEI	NCOE3

Subvenção Municipal - Custeio Lei 5.296 de 23/01/2018 Lei 5.397 de 23/01/2018	2018 R\$ -	2017 R\$ 450.000,00 472.940,00
	-	922.940,00
Cubusana a Dealisada Investimenta	2018 PÉ	2017
Subvenção Realizada - Investimento	R\$	R\$
Estadual - TA - 07/2010 - Equip. Radiológicos	22.500,00	22.500,00
Estadual - TA - 03/2011 - Equip. Clínico/Cirúrgico	6.999,96	6.999,96
Estadual - TA - 04/2011 - Equip. Informática	-	2.286,66
Estadual - TA - 05/2011 - Reforma Recep. Internação	12.000,00	12.000,00
Estadual - TA - 02/2012 - Equip. Clínico/Cirúrgico	9.999,96	9.999,96
Estadual - TA - 03/2012 - Equip. Clínico/Cirúrgico	9.999,96	10.113,72
Estadual - TA - 04/2012 - Equip. Informática	-	9.138,01
Estadual - Conv 210/2014 - Equip. Clínico/Cirúrgico	91.086,24	91.086,48
Federal - Telemedicina – EDUCASUS	26.584,91	26.608,92
	179.171,03	190.733,71
TOTAL SUBVENÇÕES REALIZADAS	179.171,03	1.113.673,71

Os recursos recebidos de subvenções da iniciativa pública foram registrados em contas especificas de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.

NOTA 26 – ISENÇÃO DE TRIBUTOS

	2018	2017
Isenções Previdenciárias e Tributárias Usufruídas	R\$	R\$
Cota Patronal (INSS+SAT+Terceiros)	4.802.488,04	4.704.294,65
Contrib. Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.512.235,42	1.415.118,04
	6.314.723,46	6.119.412,69

Conforme a legislação vigente, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos é uma entidade sem finalidade econômica e portadora do CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Saúde e está isenta do pagamento da contribuição ao INSS relativo à cota patronal e à COFINS. A isenção tributária foi contabilizada no resultado como se devida fosse.

NOTA 27 – ATENDIMENTOS

Em atendimento ao Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, a Entidade ofertou ao gestor local do SUS através de oficio protocolado, a prestação de seus serviços no percentual mínimo de 60%para o exercício de 2018. A Santa Casa é hospital de referência da Secretária de Saúde do Município para internações hospitalares. O volume de internações processadas de acordo com o TabWin (versão de 18/03/2019) no exercício de 2018foi de 55,24% e dos atendimentos no Pronto Socorro/Ambulatório de 12,77% (porém considera-se somente 10% de atendimentos de Pronto Socorro/ Ambulatório para o cálculo de filantropia), resultando em 65,24% de

Ressaltamos que os dados referentes aos atendimentos CIAH (Não SUS) do mês de abril/2018, novembro/2018 e dezembro/2018 foi extraído do sistema gerencial do Hospital, por falta de processamento em tempo hábil pelo DATASUS/SUS.



a) Internações SUS e Não SUS

	2018	2018		
	Paciente/dia	%	Paciente/dia	%
SUS	17.159	55,24%	14.420	51,85%
Não SUS	13.902	44,76%	13.846	48,15%
Total	31.061		28.266	

^{*}Fonte: TabWin – Arquivo de definições para tabulações – DATASUS – Base de Dados de18/03/2019.

b) Atendimentos Pronto Socorro SUS e Não SUS

	2018	2018		
	Pronto Socorro	%	Pronto Socorro	%
SUS	11.902	12,83%	11.943	12,77%
Não SUS	80.872	87,17%	81.556	87,23%
Total	93.177	•	93.499	•

^{*}Fonte: TabWin – Arquivo de definições para tabulações – DATASUS – Base de Dados de 18/03/2019.

THIAGO BARROSO FERRARI CONTADOR CRC 1SP289316/0-6

VAGNER DOMINGO CERONI

LÁUDIO TROMBETIA



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros efetivos do Conselho Fiscal da Irmandade daSanta Casa de Misericórdia de Valinhos reuniram-se nesta data em conformidade com as disposições legais e estatutárias conforme disposto no Art. 36 item a)., para efetuar a verificação e exame das Demonstrações Contábeis e demais documentos encerrados em 31 de dezembro de 2018, e são de parecer que os mesmos refletem a aplicação das melhores práticas contábeis à composição de seu resultado.

Valinhos, 18 de março de 2019.

Luis Roberto Roson

Secretário

Celso Luiz Bracalente

Vice Presidente

José Luiz Viel Zanivan Presidente



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Senhores Administradores da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos Valinhos – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem ressalvar nossa opinião quanto ao assunto, a Entidade apresentou défict líquido de R\$ 596.272,99 (quinhentos e noventa e seis mil, duzentos e setenta e dois reis e noventa e nove centavos) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e naquela data o Passivo Circulante da Entidade excedia seu Ativo Circulante em R\$ 12.700.881,62 (doze milhões, setecentos mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e dois centavos) e, seu Passivo total excedia seu Ativo total em R\$ 24.415.220,80 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e quinze mil, duzentos e vinte reais e oitenta centavos) que corresponde ao Passivo a Descoberto ou Patrimônio Social Negativo. Esses fatores podem levantar dúvida substancial de que a Entidade tenha condições de manter a continuidade normal de suas atividades. As Demonstrações Contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e à classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores de liquidação e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando. Também ressaltando que efetuamos especial ênfase ao fato de necessitarem de maior atenção aos controles internos dos bens registrados no Ativo Imobilizado, assim como a adequação as Normas Técnicas vigentes no país.



Outros assuntos

As demonstrações contábeis da **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos** em 31 de dezembro de 2017 foram por nós auditadas, para as quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 21 de março de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 20 de março de 2019.

AUDIOESP AUDITORIA E CONSULTORIA S/S

CRC/SP: 2SP 013.587/O-8

CÓDIGO CVM Nº. 7218 - ATO DECLARATÓRIO Nº 8292/05

IBRACON NACIONAL Nº 1612

ANTONIO CARLOS MABILIA

CONTADOR CRC/SP N° 1SP044192/O-4

INSCRITO NO CNAI - CADASTRO NACIONAL AUDITORES INDEPENDENTES SOB Nº 48

AVENIDA BARÃO DE ITAPURA, 2294 - 1° ANDAR - SALAS 13, 18 E 19 - JARDIM GUANABARA, CAMPINAS/SP

WWW AUDIOESP.COM BR